

# Rota para Oriente tem alternativa

ELZA PIRES

BRASÍLIA — A proposta de um traçado alternativo para uma rodovia ligando o Brasil ao oceano Pacífico está em estudo pelo governo peruano e empreiteiros brasileiros. A nova rota corta a única região desmatada do Acre e poderá ter o apoio do Conselho Nacional dos Seringueiros que sempre foi contrário, junto com o movimento ambientalista nacional e internacional, à proposta de esticar a BR-364 (Porto Velho Rio Branco) até o Pacífico, cortando longitudinalmente o Estado do Acre e atingindo mais de mil quilômetros de florestas.

O secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, continua a alertar para os perigos dessa estrada — na sua opinião a rodovia facilitaria o escoamento

descontrolado da madeira da Amazônia para o Japão e outros países asiáticos. No entanto o secretário dos Transportes, Marcelo Ribeiro, admitiu que "há várias alternativas de saída para o Pacífico". Ele informou que até agosto o governo deverá concluir os estudos para definir essa questão.

Planejada inicialmente para cortar todo o Estado do Acre, integrando seus 12 municípios, até hoje isolados, a rodovia foi promessa do ex-presidente José Sarney mantida por Fernando Collor. Há três anos, o Banco Mundial, que havia mostrado interesse em financiar a obra, desistiu do projeto pressionado pelo Senado americano que, por sua vez, agiu por interferência de entidades ecológicas internacionais.

A nova proposta que será

levada ao governo utiliza a rodovia estadual 317 ligando Rio Branco a Assis Brasil, última cidade no lado brasileiro no Acre e tem a vantagem, para os ambientalistas, de utilizar áreas já parcialmente desmatadas no Estado.

Na semana passada, Oscar Boechart, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e membro do Conselho Empresarial do Transporte, anunciou que as empreiteiras interessadas na obra preparam uma nova proposta a ser apresentada ao governo sugerindo o traçado passando pela rodovia 317. "Desde que haja uma mudança no traçado inicial aprovado pelo governo do Acre e que se realize a regularização fundiária antes das obras, o Conselho Nacional dos Seringueiros não é contra a estrada", declara Maria Alegrete, presidente do Instituto de Estudos Amazônicos. Alegrete apoia a posição do Secretário do Meio Ambiente: "O professor Lutzenberger tem de ser contra a estrada até para estabelecer exigências". A comunicação entre os 12 municípios do Acre é feita, até hoje, apenas por via fluvial. "Tudo o que deveria ser derrubado na floresta de Rio Branco até Cruzeiro do Sul (última cidade do lado brasileiro na primeira proposta de estrada) já o foi", avisa o senador Mário Maia (PDT), candidato ao governo estadual. Ele também defende o traçado original pela BR-364, em nome da integração do estado. Da mesma forma o senador Aluísio Bezerra (PMDB) e outro candidato ao governo, manifesta-se a favor do traçado original.

O primeiro projeto, elaborado pela Fundação Tecnologia do Acre (Funtac) a pedido do governo acreano, estica a BR-364 até a cidade de Pucalpa e teria 1.760 quilômetros, de Rio Branco até o Pacífico. A alternativa da 317 teria 1.565 quilômetros até o Pacífico, saindo de Rio Branco e passando por Xapuri e Assis Brasil, em direção a Maratani, no Peru.

